

A fronteira num jogo de poder multiescalar: A França, a Guiana e a ponte sobre o Oiapoque¹

Madeleine Boudoux d'Hautefeuille²

RESUMO

A Guiana francesa está hoje engajada num processo de autonomização em relação à França metropolitana. Este processo é intimamente ligado à vontade de abrir-se sobre o ambiente regional. Neste contexto, o projeto da ponte sobre o rio Oiapoque, fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, poderia surgir como uma oportunidade para desenvolver as relações com o Estado brasileiro vizinho, o Amapá. Decidido por e para a França e o Brasil num objetivo de apoiar simbolicamente as relações bilaterais destes, este projeto é de fato completamente desligado do nível local. No centro dos debates sobre a evolução do estatuto dos departamentos ultramarinos franceses, o projeto da ponte sobre o Oiapoque é sintomático dos paradoxos que existem entre a França e a Guiana.

Palavras-chave : Fronteira, geopolítica, relações internacionais.

ABSTRACT

French Guiana is nowadays involved in an autonomization process from France. This process is intimately connected to the wish of a better opening to the regional surroundings. In this context, the project of a bridge over the river Oiapoque, border between French Guiana and Brazil, could be considered as an opportunity to develop relationships with the adjoining Brazilian State, Amapá. Decided by and for France and Brazil in order to support symbolically their bilateral relationships, this project is actually completely disconnected from the local level. In the middle of discussions about the evolution of the status of French Overseas Departments, the project of the bridge over the Oiapoque is symptomatic of the paradoxes that exist between France and Guiana.

Keywords: Border, geopolitics, international relationships.

RESUME

La Guyane est engagée dans une démarche d'autonomisation par rapport à la France métropolitaine, intimement liée à une volonté d'ouverture sur son environnement régional. Dans ce contexte, le projet de pont sur l'Oyapock, le fleuve qui fait frontière entre la Guyane française et le Brésil, pourrait apparaître comme une opportunité pour développer des relations avec l'Amapá, l'Etat fédéré brésilien voisin. Décidé par et pour la France et le Brésil afin d'appuyer symboliquement la relance de leurs relations bilatérales, ce projet est en fait complètement déconnecté de l'échelle locale. Au cœur des débats portant sur l'évolution statutaire des Départements d'Outre-mer, le projet de pont sur l'Oyapock est symptomatique des paradoxes qui marquent les rapports existants entre la métropole et son lointain département guyanais.

Mots-clefs : frontière, géopolitique, relations internationales.

¹ Uma versão mais completa e desenvolvida deste artigo vai ser submetida antes do fim de 2009 à revista francesa de geografia *Cybergéo*.

² Doutoranda em geografia, Universidade das Antilhas e da Guiana (UAG) / Centro nacional francês da pesquisa científica (CNRS), UPS 3188, *mdhautefeuille@orange.fr*.

Introdução: A geografia no centro do debate político

A Guiana francesa, desde que se tornou Departamento ultramarino francês (DOM³) pela Lei de departamentalização de 1946, está pensando numa reforma estatutária que lhe permitiria reconsiderar as suas relações com a França metropolitana. De acordo com o princípio da assimilação, a departamentalização removeu qualquer possibilidade de autonomia para o território ultramarino, impedindo assim o desenvolvimento de iniciativas de cooperação regional. Depois das Leis-Quadro francesas de descentralização de 1982 que permitiram à Guiana começar a posicionar-se no subcontinente [Brial, 1997], a Lei de orientação para o Ultramar (LOOM⁴), em 2000, oferece à Guiana um pouco mais de liberdade de decisão, especialmente em termos de cooperação internacional [Chicot, 2005]. A revisão constitucional do 28 de Março de 2003 marca o reconhecimento oficial, pelo Governo francês, destes desejos locais: graças a esta revisão é agora possível criar regimes diferenciados para as componentes do Ultramar francês (artigo 74). Desde 2008, os responsáveis políticos locais reavivaram o projeto da evolução estatutária: o projeto proposto por eles é o da Unidade territorial única e autônoma dentro da República francesa, regida por uma Lei orgânica diferente da França metropolitana e caracterizada por uma especialidade legislativa⁵. Uma consulta popular sobre este assunto deverá ter lugar na Guiana francesa em Janeiro de 2010.

Para a Guiana, a ligação entre a evolução estatutária e a abertura sobre o subcontinente é evidente. Sem demorar-se sobre as outras motivações abastecendo os argumentos para a reforma⁶, o isolamento geográfico da Guiana na América do Sul, concomitante do isolamento econômico, é muito claro. A perpetuação do estatuto de Departamento ultramarino tem a consequência seguinte para a Guiana: ela fica num desconhecimento de seus vizinhos, o Brasil e o Suriname, com quem ela compartilha no entanto muitas preocupações (imigração, tráficos informais, meio ambiente...). A perpetuação deste estatuto tem também impactos sobre o custo da vida na Guiana, por causa do peso das importações provindas da França metropolitana na sua balança comercial. Vamos voltar sobre as características deste isolamento. Desde a revisão constitucional de 2003, o Governo francês parece ter reconhecido o desafio para a Guiana de abrir-se sobre o subcontinente, portanto, de reconsiderar a sua filiação jurídica. Em 2008, durante uma visita na Guiana, o presidente

³ « Département d’Outre-mer ».

⁴ « Loi d’orientation pour l’Outre-mer ».

⁵ Congrès des élus départementaux et régionaux de Guyane, 2009.

⁶ Elfort, 2002.

francês Nicolas Sarkozy declarou : *"Deixe-me ser claro, eu disse a nossos amigos da Guiana Francesa que eles devem olhar para o Brasil e não simplesmente para a França metropolitana, e que o desenvolvimento econômico da Guiana Francesa passa pela cooperação e abertura com o Brasil »*⁷.

Na cronologia dos acontecimentos relacionados com a aceitação pelo Governo francês do desejo de emancipação da Guiana, um elemento que vai ser o operador do nosso pensamento está transtornando essa lógica aparente. Um projeto de infra-estrutura, símbolo da ancoragem da Guiana ao continente sul-americano, precedeu o reconhecimento tardio, pela França, da necessidade para a Guiana de ter um estatuto específico para que possa desenvolver relações mais estreitas com seus vizinhos. Muito tempo antes da reforma constitucional de 2003, o projeto da ponte sobre o rio Oiapoque, que faz fronteira entre a Guiana e o Brasil sobre 427 quilômetros⁸, nasceu em 1997 de uma decisão conjunta dos presidentes francês e brasileiro daquela época, Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, foi uma decisão com implicações fortes, já que ela acelerou de 97 ao ano 2000 a abertura da faixa de fronteira, então somente acessível pelo ar, do lado guianense, e dificilmente pela estrada, em curso de pavimentação, do lado brasileiro. Foi uma decisão, que diretamente ou indiretamente, teve um efeito sobre a dinâmica de abertura da Guiana a seus vizinhos. É neste âmbito que o projeto da ponte transfronteiriça antecipa os desafios da inclusão da Guiana no seu contexto regional e da reforma estatutária como eles foram validados e lembrados pelos atores políticos guianenses na última década e por Nicolas Sarkozy em 2008? Ou pelo contrário, não é apenas um projeto de Estado, mas sim um símbolo das relações internacionais, que espertamente, sem que seja uma resposta direta, vem aparentemente ao encontro dos desejos locais e os satisfaz? A cronologia dos acontecimentos propicia destacar este problema, e ilustrar as dificuldades que existem para descriptografar essas relações Guiana-França metropolitana.

⁷ Conferência de imprensa conjunta dos presidentes francês e brasileiro, Nicolas Sarkozy e Lula, em Saint-Georges de l'Oyapock, 12 de fevereiro de 2008, tradução da autora.

⁸ Única posse ultramarina continental da França, a Guiana lhe oferece a maior fronteira que compartilha com um outro estado. No leste a fronteira segue o leito do Oiapoque sobre 427 quilômetros. No sul, a linha que divide as águas que correm em direção ao Oceano Atlântico e as águas da bacia amazônica, marca a fronteira terrestre com o Brasil sobre 303 quilômetros.

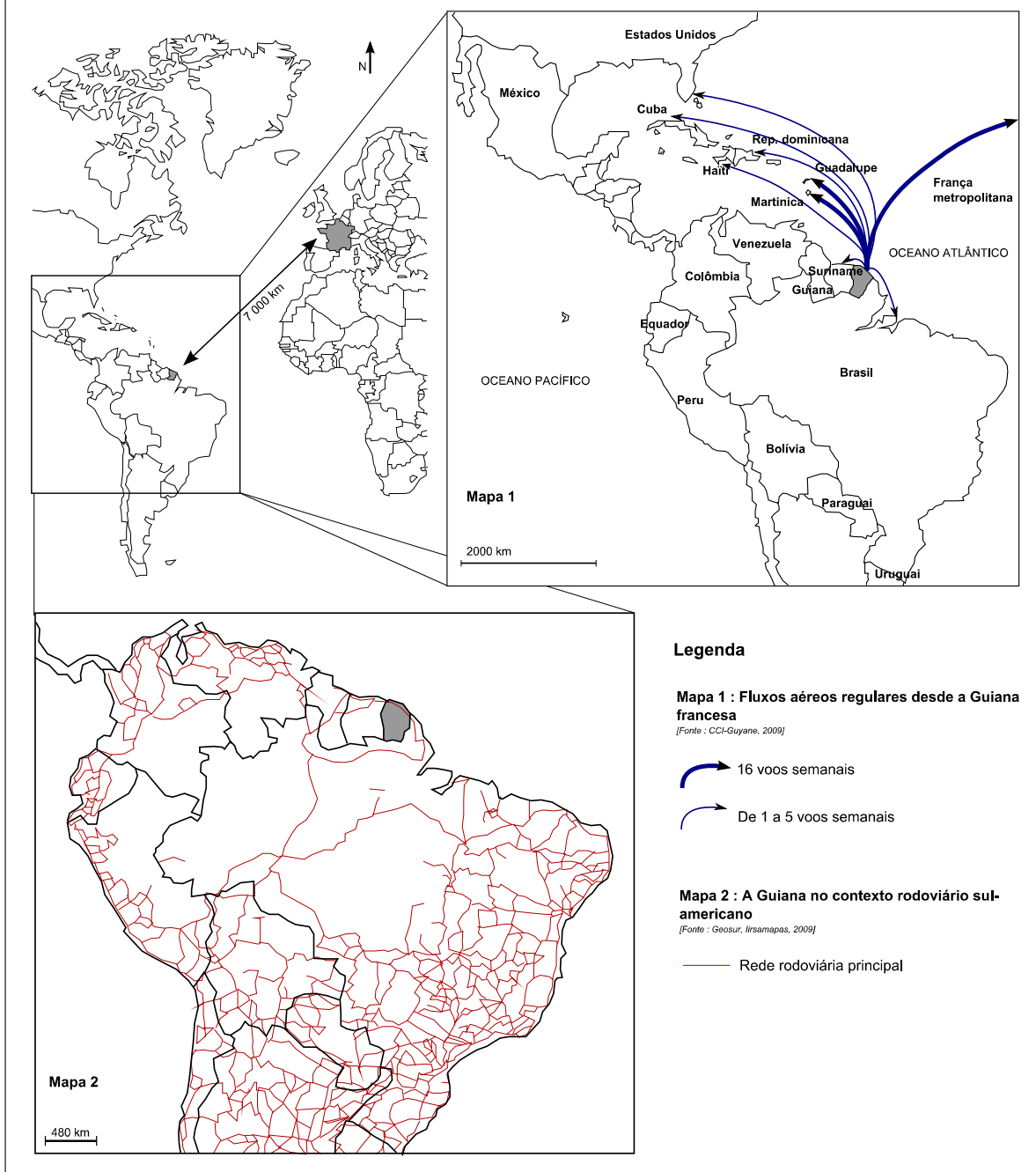
O isolamento da Guiana e as implicações da abertura ao subcontinente

A Guiana francesa, único território francês ultramarino continental, é frequentemente descrito como uma "ilha" no continente sul-americano. Várias razões justificam essa descrição. As limitações geomorfológicas que a Guiana enfrenta são geralmente as primeiras mencionadas. Delimitado ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul pelo dossel da floresta, ao leste e oeste pelos rios Oiapoque e Maroni, cuja largura na foz e na parte inferior geralmente excedem os 300 metros, o território guianense não parece predisposto à continentalidade. Mas acreditar no determinismo geográfico dessas limitações seria esquecer que a teoria das fronteiras naturais é essencialmente uma doutrina elaborada no século XIX para justificar conquistas ou traçados [Foucher, 1991, pp95-96]. A apropriação do território guianense e sua acessibilidade testemunham pelo contrário da realidade do "isolamento" da Guiana, como definido pelos J. Debie e B. Steck num artigo que pretende reavaliar este conceito: *"(...) o isolamento é uma falta de resposta a uma tensão dada, antes mesmo de ser um simples estado", e "referir-se ao isolamento é (...) comprometer-se a descobrir e identificar as discontinuidades espaciais que perturbam um projeto ou uma estratégia de ator"* (p.31)⁹.

Em termos de ordenamento do território, a Guiana se desenvolveu num litoral dominado demograficamente e economicamente pelo pólo da ilha de Caiena, ponto maior de abertura aos mercados externos. A estrada que atravessa a Guiana de leste a oeste, desde Saint-Georges de l'Oyapock até Saint-Laurent du Maroni *via* Caiena e Kourou, continua a ser essencialmente um eixo de desenvolvimento local, ligando um centro econômico e administrativo com municípios periféricos, em vez de inserir a Guiana no continente e de abrir a economia e o território aos vizinhos brasileiro e surinamense. As lógicas do ordenamento do território na Guiana foram, até a década de 1990, quase completamente estranhas à sub-região, quer endógenas ou quer dirigidas ao Oceano Atlântico, à França metropolitana e às Antilhas francesas. Na continuidade dessas lógicas, a inacessibilidade da Guiana desde o subcontinente é óbvia. Por via aérea, Paris, Pointe-à-Pitre (Guadalupe) e Fort-de-France (Martinica) são os únicos destinos quotidianos segurados de Caiena, fora do território guianense. As ligações dos dois vizinhos continentais da Guiana, o Estado brasileiro do Amapá e o Suriname, são anedóticas em comparação (Figura 2).

⁹ Tradução da autora.

Figura 2.
A Guiana francesa entre Europa, Caribe... e América do Sul : em busca da integração continental



A fraqueza do tráfego aéreo com os vizinhos se poderia explicar pela intensidade das relações transfronteiriças. Mas localmente, na continuidade da estrada costeira que atravessa o território guianense de leste a oeste, as infraestruturas rodoviárias e fluviais são praticamente inexistentes. Até agora, não há nenhuma ponte para atravessar os rios transfronteiriços; e com respeito ao serviço de transporte fluvial, embora seja significativamente mais importante do lado do Maroni, fica, desse modo, subdesenvolvido:

PRACS : Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, N° 2. Dez. 2009.

uma média semanal de 19 viagens (ida e volta) sobre o Maroni para uma barca internacional, mas não mais de 07 para uma barçaça brasileira sobre o Oiapoque. Apesar da aparente fraqueza de tais infraestruturas, o tráfego de catraias é constante sobre os rios Maroni e Oiapoque. Do lado do Oiapoque, a média diária de passageiros transportados por companhias de catraieiros entre as cidades fronteiriças de Saint-Georges na Guiana e Oiapoque no Brasil se eleva a 567. Mas é unanimamente reconhecido que este tráfico é, sobretudo, microlocal e/ou informal [DDE-Guyane, 2009]. Alguns autores¹⁰ trabalharam sobre a integração “subterrânea” da Guiana ao subcontinente, mas isso não é agora o objeto de nosso trabalho : em termos de planejamento e de infraestruturas, existe uma real descontinuidade territorial nas fronteiras da Guiana que entrava o projeto político de aproximação com os vizinhos, promovido como uma alternativa para a relação "exclusiva" com a França metropolitana.

Economicamente, a sobrevivência do regime do "exclusivo" metropolitano caracteriza e explica o isolamento da Guiana no subcontinente. Na era colonial, a França especializou voluntariamente a economia das colônias dela, com as quais ela mantinha relações exclusivas, de acordo com um padrão hoje clássico nas trocas Norte-Sul : matérias primas (agrícolas e minerais) contra as industriais. Essas lógicas resistiram até hoje na Guiana, tanto em relação aos itens de importação e exportação, quanto ao que diz respeito à origem e ao destino principal das trocas comerciais. Em 2006, a França metropolitana forneceu 39% das importações e absorveu mais da metade das exportações. Em comparação, as relações comerciais que a Guiana tem com seus vizinhos são anedóticas: o Suriname e o Brasil juntos representam menos de 4% das importações e exportações da Guiana [INSEE, 2008]. A persistência dessas relações comerciais privilegiadas com a França metropolitana contribui para o aumento do custo de vida na Guiana: a estreiteza e o isolamento do mercado guianense, dependentes das importações metropolitanas sujeitas ao imposto da concessão de mar¹¹, são responsáveis pela falta de mecanismos de concorrência nas diferentes fases da cadeia de abastecimento guianense [Autorité de la concurrence, 2009]. Voltamos aqui à insularidade da economia formal da Guiana: é precisamente um dos cinco critérios que lhe permitiu alcançar o estatuto de “Região ultraperiférica” da União Europeia [Benjamin e Godard, 1999].

¹⁰ Granger, 2007 : « *Finalmente, é principalmente através de atividades ilícitas (drogas, contrabando, garimpagem e imigração ilegal) que a Guiana se integrou ao sub-continente* » (p.138). Tradução da autora.

¹¹ Imposto aplicado nos Departamentos ultramarinos franceses para financiar os orçamentos locais e proteger as empresas locais.

Por fim, este isolamento é também óbvio ao nível institucional: na América do Sul, a Guiana é o único território continental que não é soberano. Apesar das poucas oportunidades oferecidas pela Lei de orientação para o Ultramar (LOOM) em 2000, o potencial de cooperação internacional de iniciativa local é muito limitado. Na redefinição de seu estatuto, está envolvido para a Guiana uma oportunidade para ser associada às organizações regionais nas quais a França é um membro observador¹², e mais amplamente à outras organizações até agora não muito receptivas ao que seria considerado como uma "interferência" de uma potência européia, antigamente colonial, nos assuntos do continente sul-americano.

A Guiana se inscreve, portanto, numa escala de funcionamento fora do contexto regional. Seu isolamento na sub-região é ligado a sua posição de "*associado*" da França metropolitana, tal como definido por Alain Reynaud no seu ensaio de modelagem das relações que podem ser mantidas entre um centro e suas periferias: se fala de "*associado*", no caso de uma periferia integrada ao centro, mas longe dele em termos de distância e de descontinuidades geográficas entre eles [Reynaud, 1981]. Isso corresponde simplesmente à idéia do "enclave" territorial. A questão da evolução estatutária da Guiana está intimamente relacionada com os constrangimentos geopolíticos e econômicos da sua posição de associado.

A ambiguidade do processo de abertura em direcção ao Brasil: a ponte sobre o rio Oiapoque, uma oportunidade "imposta" à Guiana.

Neste contexto, o projeto da ponte sobre o rio Oiapoque, que faz fronteira entre a Guiana e o Brasil, poderia ter um papel importante. Apresenta-se primeiro como um trunfo para a Guiana, para resolver sua situação de enclave territorial e ampliar sua margem de manobra em relação à França metropolitana. A abertura rodoviária em direcção ao Brasil poderia ter potencialmente impactos econômicos e institucionais fortes para a Guiana: reflexões sobre uma comunidade de interesses ligados à proximidade geográfica, acesso a novos mercados [Etats généraux de l'Outre-mer, 2009]. Mas este "entusiasmo" para a abertura em direcção ao subcontinente só é aparente: no entanto, ainda existe uma certa tensão entre as autoridades locais e centrais. De fato, apesar do desejo de uma melhor integração na

¹² Na área da bacia do Caribe e da Amazônia, a França é, graças a seus Departamentos ultramarinos, um membro observador na Associação dos Estados do Caribe (AEC), associação econômica criada em 1994 e composta por 24 Estados do Caribe (14 insulares e 11 continentais), e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) reunindo os 8 Estados da Amazônia desde 1995, a fim de adoptar estratégias comuns nas áreas da saúde, do meio ambiente e eventualmente da segurança (tráfico de drogas ...).

sub-região exprimido desde a década de 1990, as reações guianenses ao anúncio da criação da ponte não são tão positivas.

Este projeto da ponte não tem uma origem local. Em 1997, a Guiana francesa e o Estado brasileiro do Amapá ouviram das bocas dos presidentes francês e brasileiro Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso que daqui a pouco tempo eles seriam ligados por uma ponte. Os dois presidentes fizeram este anúncio na fronteira, em Saint-Georges de l'Oyapock, destacando assim pela primeira vez esta fronteira comum. Segundo a cronologia dos acontecimentos, este anúncio poderia ser interpretado como um prolongamento, ou melhor, um encorajamento dos primeiros esforços de cooperação iniciados pela Guiana e o Amapá desde o início da década de 1990, graças às iniciativas tomadas pelo presidente da Região Guiana, Antoine Karam (1992-...), e pelo governador do Amapá, João Alberto Capiberibe (1994-2002). Em 1996, um ano antes do encontro deles em Saint-Georges de l'Oyapock, pela ocasião da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação França-Brasil, os presidentes francês e brasileiro reconheceram de fato esses esforços, orientando o artigo 6 do Acordo sobre a cooperação transfronteiriça. Mas a maneira como o anúncio da ponte foi feito em 1997 é claro: como o disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, a primeira missão da ponte não é ligar a Guiana com o Amapá, mas antes a França com o Brasil. *"Deixe-me também mencionar que minhas discussões com o Presidente da República, Jacques Chirac, mostram claramente que temos pontos em comum, (...) relações que devemos manter entre a França e o Brasil, que vão (...) concretizar-se pela construção da estrada e (...) a construção da ponte"*¹³.

Neste processo, a Guiana francesa e o Amapá são, portanto, excluídos da decisão. E por isso que as reações guianenses a esta decisão são frias, apesar do processo de aproximação com o vizinho amapaense já iniciado. Os eleitos guianenses foram forçados a adaptar-se ao projeto: *"Os eleitos guianenses tomaram posse do dossiê "Ponte sobre o Oiapoque" com a vontade de ter um outro papel que meramente consultivo e de "coadjutor de cômico"*¹⁴, disse Antoine Karam, durante a primeira Comissão Bilateral sobre a ponte do Oiapoque, no 15 de Junho de 2005 em Caiena.

Os atores políticos guianenses só são *associados* à implementação desta ponte, com condições reveladoras do espaço de proposta que lhes foi concedido. Dentro da

¹³ Discursos dos Jacques Chirac, Presidente da República francesa, e Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, sobre a cooperação regional entre o Brasil e a Guiana Francesa, Saint-Georges de l'Oyapock, 25 de Novembro de 1997. Tradução da autora.

¹⁴ Tradução da autora.

Comissão Intergovernamental franco-brasileira, comissão política responsável pela orientação, avaliação e validação das propostas feitas pela Comissão Técnica, os atores guianenses são minoritários do lado francês: o Conselho Regional¹⁵, o Conselho Geral¹⁶ e o município de Saint-Georges de l'Oyapock fazem frente aos representantes de sete ministérios do Governo central e aos representantes locais da França (polícia, administração civil).

Isso reflete a desconexão completa deste projeto do contexto local. Um elemento simples apoia esta observação: nenhum estudo prévio a essa decisão nunca foi feito para identificar as oportunidades sócioeconômicas para a Guiana ou mesmo para o Amapá neste projeto de ponte transfronteiriço. Estes tipos de estudos foram realizados *apenas uma vez o anúncio ter sido feito*, só porque a lei francesa exige a elaboração de estudos de impacto prévios a implementação de infraestruturas. Estes estudos, aliás, se baseiam somente na escala micro-local e transfronteiriça. Eles, portanto, fazem caso da decisão presidencial sem justificar a necessidade ou a oportunidade de construir uma ponte sobre o rio Oiapoque. O contrasenso desta abordagem é ainda mais óbvio que a travessia rodoviária do Maroni, o rio que faz fronteira com o Suriname, é, pelo contrário, estudada há quase uma década pela Direcção Departamental do Equipamento (DDE) da Guiana. Tanto em termos técnicos, sócio-econômicos como políticos, a decisão de construir esta segunda ponte transfronteiriça vai ser feita numa base de diferentes estudos de oportunidade.

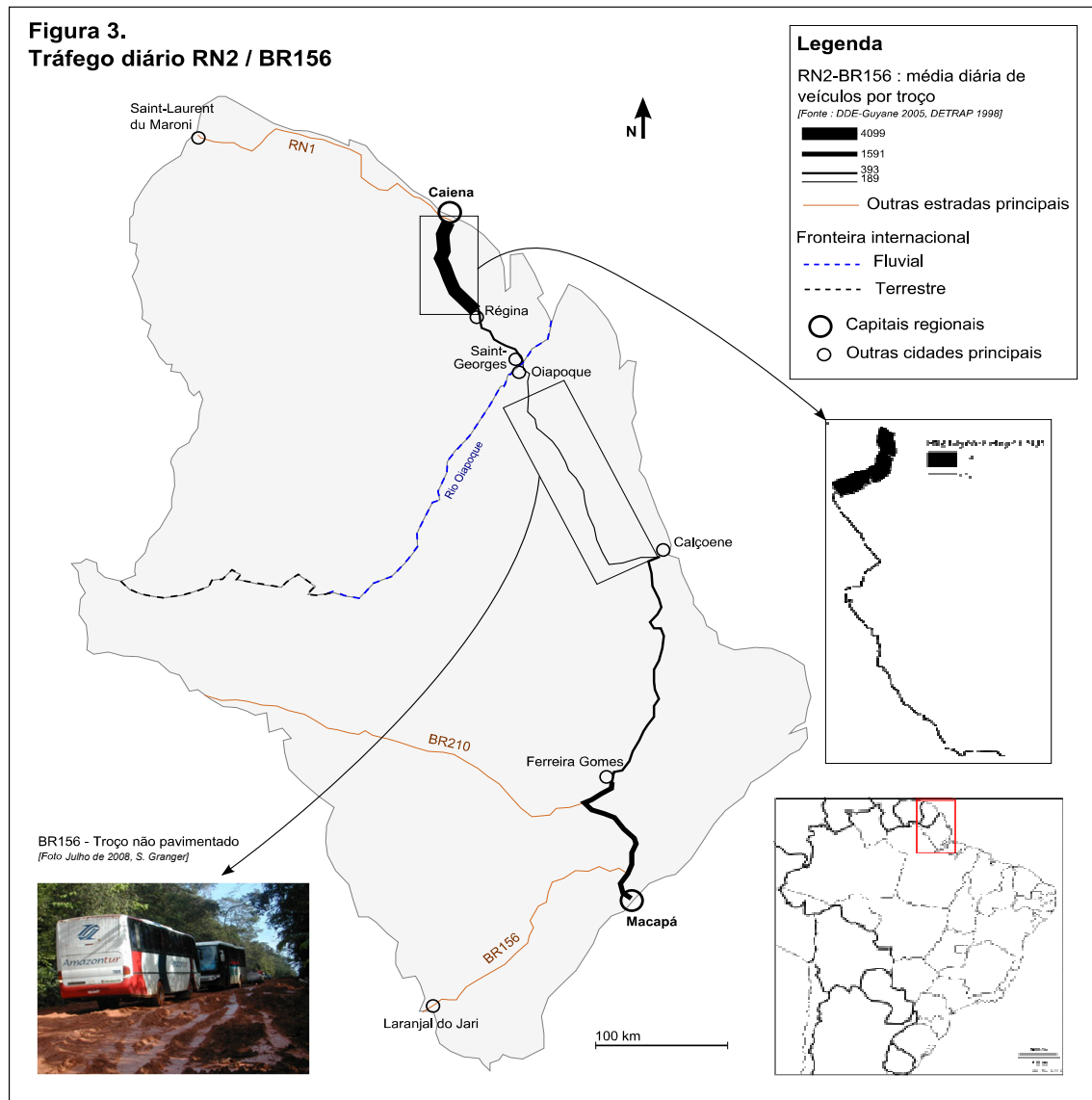
A ligação feita por quase todos os atores entre a necessidade identificada para a Guiana de abrir-se a seu ambiente regional e a implementação da ponte sobre o rio Oiapoque não é tão evidente. O contexto rodoviário no qual a ponte vai integrar-se reflete também esta desconexão. O feito que o mais alto nível do Estado se encarregou desta fronteira, teve uma repercussão direta sobre a implementação de infraestruturas na Guiana: o troço de 81 quilômetros que faltava entre Regina e Saint-Georges na fronteira foi concluído em 2004, depois da abertura de uma ponte de 350 metros sobre o rio Approuague. Hoje, essa estrada recente, está constantemente em obras de renovação por causa de caminhões madeireiros e as poucas pontes com que ela conta não parecem adaptadas a um potencial tráfego internacional.

Do lado amapaense, enquanto o traçado da BR156 foi acabado em 1991, pouco mais de 200 quilômetros dos 590 que contam o troço Macapá/Oiapoque não são ainda pavimentados. De uma maneira geral, essas duas estradas sofrem de muitas degradações durante a estação chuvosa, que ocorrem na sub-região durante mais de seis meses. O tráfego

¹⁵ Assembleia eleita ao nível administrativo da Região.

¹⁶ Assembleia eleita ao nível administrativo do Departamento.

nessas estradas reflete o estado delas (Figura 3): em 2007, uma média de 336 veículos por dia é estabelecida na RN2 entre o rio Approuague e Saint-Georges¹⁷, enquanto os últimos dados disponíveis para a BR156 relatam uma média de 189 veículos por dia entre Calçoene e Oiapoque¹⁸.



Estes resultados, seja devido às condições nas quais o projeto da ponte foi elaborado, à posterioridade dos estudos de oportunidade ou ao estado da rede rodoviária na qual a ponte vai integrar-se, apontam as verdadeiras razões que justificam este projeto. O paradoxo da compatibilidade da relutância dos eleitos guianenses em relação à ponte, junto

¹⁷ Fonte : DDE-Guyane, 2007.

¹⁸ Fonte : DETRAP, 1998.

com a promoção por eles de uma maior integração da Guiana no seu ambiente regional se pode agora entender: na verdade, essa ponte nunca foi pensada, do lado francês, em relação ao contexto local.

A Guiana, “*reserva de símbolos*”¹⁹ para a França: a fronteira como apoio diplomático para reimpulsionar as relações bilaterais

De uma periferia longínqua e mal definida, estamos agora em frente de uma fronteira onde questões de política internacional estão em jogo. No dia 12 de Fevereiro de 2008, Lula e Nicolas Sarkozy repetiram o encontro franco-brasileiro em Saint-Georges de l'Oyapock, confirmando que a Guiana se tornou um assunto importante nas relações Brasil-França. Eles revelaram nesta ocasião a maquete da futura ponte transfronteiriça (Figura 4) e anunciaram a sua abertura para o Outono de 2010, antes do fim do segundo mandato de Lula, que constitucionalmente não pode apresentar-se a um terceiro mandato nas eleições presidenciais.



Figura 4. A ponte sobre o Oiapoque, símbolo das novas relações iniciadas entre a França e o Brasil
(Fonte : Agência Brasil)

Algumas pesquisas que tratam de geopolítica discutiram de uma maneira mais ou menos pormenorizada, a questão da manutenção dos territórios ultramarinos na República francesa. Esta questão se faz simplesmente em termos de vantagens e desvantagens [Lemaire, 2000, Miévilly, 2002]. Materializando a sua presença na América do Norte e do Sul, no Caribe, no Oceano Índico e no Pacífico, os territórios ultramarinos permitem à França

¹⁹ Lemaire, 2000, p.257.

aproveitar uma onipresença geográfica. Nesta estratégia prestigiosa de afirmação de uma presença internacional, a Guiana tem um papel único, porque a retórica do simbólico lhe é especialmente associada. Desde a implementação do Centro espacial em Kourou em 1968, a Guiana foi constantemente apresentada como um laboratório francês de experiências tecnológicas e ambientais. Sendo um dos poucos países "desenvolvidos" ou "industrializados" neste ambiente tropical, a França tentou desenvolver projetos "modelos" de desenvolvimento neste tipo de ambiente geográfico: *"A floresta guianense põe (...) a França e a União Europeia, signatárias do Protocolo da Conferência do Rio de Janeiro, numa posição emblemática: a possibilidade de tornar-se uma referência para a gestão sustentável dos recursos no conjunto amazônico e até mesmo das florestas tropicais do mundo"* [Barret, 2001, p.212]²⁰. Tecnologia espacial, proteção e valorização da biodiversidade amazônica, dois assuntos centrais de um discurso que Nicolas Sarkozy fez na véspera de seu encontro com Lula em Saint-Georges, um discurso no qual ele tenta ilustrar que *"ao contrário da crença popular da França metropolitana, esta deve muito à Guiana"*²¹. Mas neste discurso, além de mencionar estes dois elementos que participam no prestígio internacional da França, Nicolas Sarkozy introduziu também, pela primeira vez, a fronteira franco-brasileira no campo do simbólico: a Guiana *"também abriu portas para novos horizontes. Eu penso, com certeza, no continente sul-americano. Eu acho que ter 700 quilômetros de fronteira com aquele grande amigo da França que é o Brasil, uma das maiores nações do mundo, é uma oportunidade para a França e para a Europa"*²².

Neste contexto, entendemos porque o valor simbólico dado desde o início a esta ponte transfronteiriça não justificou a elaboração prévia de estudos de oportunidades sócio-econômicos. O primeiro desafio da ponte sobre o rio Oiapoque, para a França, é realmente promover uma relação estreita com o Brasil, um país que se tornou durante os últimos vinte anos um ator essencial no jogo político internacional. A fronteira é um pretexto para reimpulsionar as relações bilaterais. *"Construir uma ponte entre nossos dois países, indicando um desejo comum de fortalecer uma parceria já rica, é especialmente oportuno agora que o Brasil aspira a tornar-se o líder de um pólo sul-americano de estabilidade e uma superpotência emergente, capaz de influenciar nos assuntos do mundo"*²³. Desde sua chegada à Presidência da República francesa, Nicolas Sarkozy intensificou as ações em direção ao

²⁰ Tradução da autora.

²¹ Discurso do presidente da República francesa Nicolas Sarkozy em Camopi, 11 de Fevereiro de 2008. Tradução da autora.

²² *Ibid.*

²³ Projeto de lei nº3080, Assembleia legislativa francesa.

Brasil e ao seu presidente, Lula, com quem ele compartilha muitos pontos de vista: em relação à reforma do sistema financeiro e da ONU, na qual ele quer que o Brasil integre o Conselho de Segurança e também a assuntos ambientais internacionais (Conferência de Copenhague). Os dois presidentes se encontraram pessoalmente quatro vezes em um ano e meio, duas vezes no Brasil (Dezembro de 2008 e Setembro de 2009), uma vez na França metropolitana (julho 2009) e uma vez na Guiana (Fevereiro 2008). Esta aproximação geopolítica é também acompanhada de um importante componente econômico. Mesmo se tudo é relativo, e o Brasil continua a ser um parceiro econômico bastante marginal da França, as trocas comerciais deles, na verdade, aumentaram muito nos últimos dez anos. Em 2008, o Brasil respondeu por 0,86% do comércio exterior francês; contudo, em 2007 respondia por 0,78% e em 2006 por 0,68%. Ele se tornou o 21º cliente e o 22º fornecedor da França em 2008, atingindo em termos de volume de transferências um recorde histórico (ultrapassando os 7000 milhões de euros). É certamente o principal parceiro comercial da França na América Latina, contribuindo para mais de um terço dos fluxos da França com esta área²⁴. Destacando esta fronteira comum com o Brasil, a França, portanto, se afirma como um dos seus principais parceiros na cena internacional, jogando com uma proximidade geográfica para amplificar uma aproximação geopolítica e econômica. Dentro da União Europeia, o desafio é também de aparecer como o interlocutor privilegiado do Brasil, visto como a força motriz do Mercosul, o mercado comum da América do Sul [Sanchez Cimetti, 1998]. A revitalização dessas relações desde a década de 1990 é baseada sobre o papel que a França e o Brasil tem na União Europeia e no Mercosul : *"(...) já engajados em projetos de integração regional, os dois países têm, no entanto, oportunidades de aproximação : em primeiro lugar os franceses veem o Brasil como uma fronteira para a entrada em mercados importantes e reconhecem o país como a economia-chave do Mercosul; por outro lado os brasileiros veem a França como uma das peças mais importantes da integração econômica europeia e como um elemento fundamental para a diversificação das suas relações internacionais contra a política de paróquia conduzida pelos Estados Unidos"* [Lessa, 1999, p.308]²⁵. Sem inocência, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, em 1997, na declaração conjunta deles em Saint-Georges de l'Oyapock já consideravam a construção da ponte transfronteiriça como a materialização da relação entre a União Europeia e o Mercosul. A França e o Brasil sabem efetivamente que têm uma questão de poder no seio dos agrupamentos regionais deles

²⁴ Fonte : Ministerio francês da Economia, da Indústria e do Emprego, 2009.

²⁵ Tradução da autora.

no que diz respeito à valorização desta fronteira comum, que liga os continentes sul-americano e europeu separados por um oceano [Granger, 2007, p.142].

Através da criação da ponte sobre o rio Oiapoque, a fronteira franco-brasileira passa então a uma escala diferente daquele na qual os políticos guianenses se situam quando desejam um fim relativo do isolamento de seu território. A fronteira se entende simplesmente na escala internacional, como um símbolo erigido da amizade franco-brasileira, como também o demonstram trabalhos realizados no lado do Amapá [De Castro e Porto, 2007, Martins 2008, Silva, 2008]. Este projeto da ponte também ilustra a ambigüidade das relações que a França tem com a Guiana Francesa: aceitando ou apoiando o processo da autonomização, criando supostamente uma dinâmica de desenvolvimento local, mas ainda favorecendo o recurso ao território-símbolo.

Considerações finais

Em busca de justificações sócio-econômicas para este projeto de ponte, nós entendemos que ele só tem uma razão política. Antes de ser uma infraestrutura de transporte, para a qual os especialistas estão se esforçando para fornecer projeções de tráfego, dado o contexto no qual a estrada vai se encaixar, a ponte sobre o rio Oiapoque é um instrumento manipulado pela diplomacia francesa na escala internacional. A relutância dos políticos guianenses no anúncio da construção da ponte, apesar da vontade deles de reforçar as relações com os vizinhos, ocorre porque a Guiana é ainda para a França um instrumento de geopolítica ou geoestratégia internacional. Em termos simbólicos, a França e o Brasil implementam esta relação; colocam de lado a escala local no processo de decisão, eles deixam a Guiana e o Amapá desconectados, sem que estes estejam preparados para uma abertura rodoviária tão brusca. Esta dinâmica de subversão, ou de subdução da escala local no benefício da escala internacional faz parte dos grandes campos atuais de reflexão da geografia das fronteiras na França. Desde os anos 1970, a fronteira foi perdendo pouco a pouco seu papel de cimento de uma identidade nacional para revelar a fragmentação interna dos territórios nacionais: *"As fronteiras são (...) objetos espaciais multiescalares, espaços sujeitos a estratégias e políticas decididas em diferentes escalas de poder. (...) Assim, as tensões que animam as áreas fronteiriças não resultam apenas da justaposição de Estados concorrentes expressando desejos sobre espaços vizinhos deles, mas também resultam da organização piramidal dos*

poderes dentro da mesma construção ou entidade territorial" [Renard, 2002, p. 59]²⁶. Como questão de poder multiescalar, a fronteira franco-brasileira do Oiapoque escapa, desde a década de 1990, às autoridades locais, no entanto, pretendem reapropriar-se a fim de fazer dela um elemento importante no reposicionamento da Guiana em relação à França metropolitana. O grande desafio para a Guiana é o seguinte: trata-se de retirar a fronteira e a ponte do campo simbólico para que se possa identificar oportunidades sociais e econômicas para o território guianense, a fim de repensar concretamente o estatuto guianense de “associado” à França metropolitana.

Referências

ASSEMBLEE NATIONALE FRANCAISE, *Projet de loi n°3080 autorisant l'approbation de l'accord entre le gouvernement de la République française et le gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la construction d'un pont routier sur le fleuve Oyapock*, registrado no 10 de maio de 2006.

AUTORITE DE LA CONCURRENCE, *Avis n°09-A-45 du 8 septembre 2009 relatif aux mécanismes d'importation et de distribution des produits de grande consommation dans les Départements d'Outre-mer*.

BARRET, Jacques dir., *Atlas illustré de la Guyane*, Cayenne : Laboratoire de cartographie de la Guyane/IESG, 2001.

BENJAMIN, Didier e GODARD, Henry, *Les Outre-mers français : des espaces en mutation*, Gap : Ophrys, 1999.

BRIAL, Fabien, *Décentralisation territoriale et coopération internationale. Le cas de l'Outre-Mer français*, Paris-Montréal : L'Harmattan, 1997.

De CASTRO, Maria Luiza e PORTO, Jadson, « Ponte Brasil-Guiana francesa : os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar », *OIKOS, Revista de economia heterodoxa*, n.7, p.51-75, 2007.

CHICOT, Pierre-Yves, *Les compétences internationales des collectivités territoriales françaises. L'action extérieure des départements-région des Antilles et de la Guyane*, Paris : L'Harmattan, 2005.

CONGRES DES ELUS DEPARTEMENTAUX ET REGIONAUX DE GUYANE, *Fondements du projet de société, Annexe à la résolution adoptée n°7*, sessão do 2 de setembro de 2009, Rémire-Montjoly.

DDE-GUYANE, *Rapport d'étude sur le transport frontalier entre Saint-Georges de l'Oyapock en Guyane et Oiapoque au Brésil*, estabelecido por ORC Sarl, março de 2009.

²⁶ Tradução da autora.

DEBRIE, Jean e STECK, Benjamin, « L'enclavement, réévaluation théorique et application à l'Afrique de l'Ouest », *L'Espace géographique*, v.1, n.1, p.26-36, 2001.

ELFORT, Maude, « De la décentralisation à l'autonomie : la Guyane », *Revue française d'administration publique*, n.101, p.25-37, 2002.

ETATS GENERAUX DE L'OUTRE-MER, *Rapport général des Etats généraux en Guyane*, julho de 2009.

FOUCHER, Michel, *Fronts et frontières, un tour du monde géopolitique*, 2^a edição, Paris : Fayard, 1991.

GRANGER, Stéphane, « La Guyane, une région ultra-périphérique en quête d'intégration », in MAM LAM FOUCK Serge dir., *Comprendre la Guyane aujourd'hui : un département français dans la région des Guyanes*, Matoury : Ibis rouge, p.129-143, 2007.

INSEE, *Tableau économique régional de la Guyane 2007-2008*.

LEMAIRE, Xavier, *La France en Guyane ou le pouvoir ultra-périphérique*, dissertação de doutorado, orientador Michel Wievorka, EHESS, 2000.

LESSA, Antonio Carlos, « L'Europe occidentale, la France et les partenariats stratégiques du Brésil, de 1944 au début des années 1990 », in De QUEIROS MATTOSO Katia, MUZART-FONSECA DOS SANTOS Idelette e ROLLAND Denis dir., *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe-XXe siècle*, Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, p.303-310, 1999.

MARTINS, Carmentilla das Chagas, *Relações bilaterais Brasil/França : a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana francesa no contexto global*, dissertação de mestrado, orientador Cristhian Teófilo da Silva, Universidade de Brasília, 2008.

MIEVILLY, Sabine, *Pourquoi maintenir les DOM dans la République française. Analyse géopolitique à partir du cas guyanais*, Matoury : Ibis rouge, 2002.

RENARD, Jean-Pierre, « La frontière, limite géopolitique majeure mais aussi aire de transition », in Dossier des images économiques du Monde, *Limites et discontinuités en géographie*, Paris : SEDES, 2002.

REYNAUD, Alain, *Société, espace et justice. Inégalités régionales et justice socio-spatiale*, Paris : PUF, 1981.

SANCHEZ CIMETTI, Graciela, « Le Mercosul et l'Union européenne : aires secondaires et stratégies communautaires », in ROLLAND Denis dir., *Le Brésil et le monde. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes*, Paris : L'Harmattan, p.199-215, 1998.

SILVA, Gutemberg de Vilhena, *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira : entre os ditames globais e a articulação local*, dissertação de mestrado, orientador Aldomar Arnaldo Rückert, Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2008.

PRACS : Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, N° 2. Dez. 2009.